

Triângulo de Krugman não precisa ser das Bermudas

23 OUT 1998

MARCO ANTONIO ROCHA

Um artigo transcrito ontem por este jornal o incansável economista Paul Krugman traça uma espécie de "triângulo das Bermudas" da administração econômica dos governos. As três pontas do triângulo apontam: 1) ajustes (fiscal e monetário), imperativo básico da estabilização; 2) confiança (principalmente dos mercados financeiros internacionais), que garante fluxo positivo de capitais; 3) liquidez, que garante a livre movimentação de capitais.

Sua tese é que as três pontas não podem ser alcançadas simultaneamente, no máximo duas. E por isso, talvez, as coisas nunca dão muito certo. Essa seria a grande dificuldade para obter um regime internacional plenamente desejável.

Bem, não conheço pormenores das administrações governamentais de todos os países do mundo, mas gostaria de conhecer. Estou seguro de que deve haver exemplos de países que conseguiram as três coisas e vivem bem com elas. Assim como as famílias e as empresas responsáveis conseguem conciliar as três pontas do triângulo e viver com serenidade.

Os governos brasileiros, como sabemos, têm de longa data procurado, como estratégia geral, manter a confiança internacional e a liquidez dos fluxos de capitais. Não só neste governo, mas

em todos os que se sucederam desde os anos 30, com algumas poucas exceções no período. Mas, quanto ao ajustamento fiscal, temos sido exemplarmente negligentes e somente começamos a fazer algum esforço mais sério nesse terreno quando a inflação se tornou absolutamente intolerável. No entanto, ainda estamos muito longe de obter sucesso, coisa que nem é preciso relembrar com números.

História mostra que administração saudável aumenta prestígio dos políticos, mais do que obras físicas

Aliás, estamos percebendo neste exato momento que o foco principal do iminente acordo com o FMI é sobre o ajuste fiscal. E é a respeito da sua realização que recaem as maiores incertezas, já refletidas em pronunciamentos políticos. Enquanto o

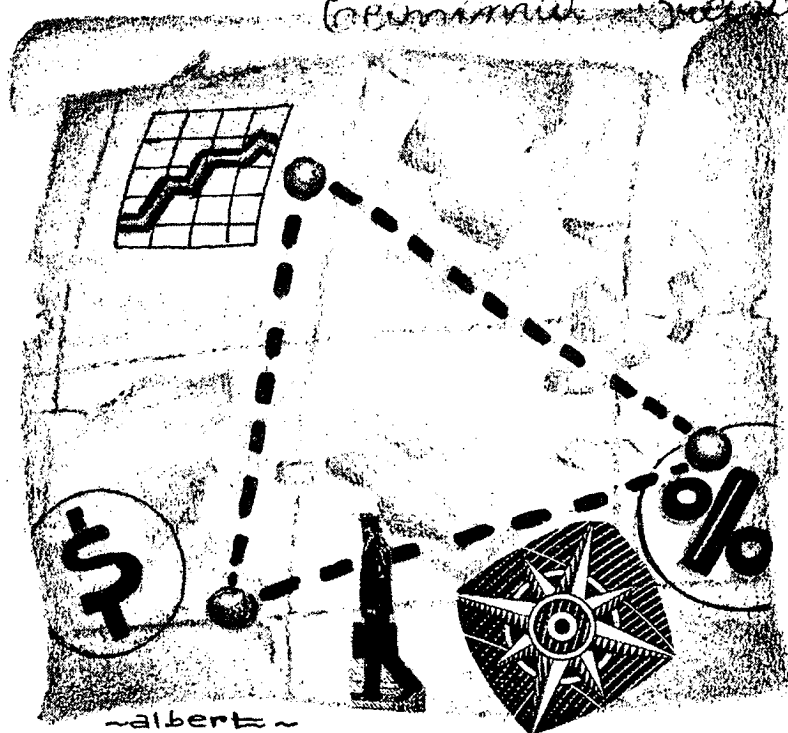
presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, exorta o governo federal a ser duro com Estados e municípios que se mostrem refratários aos ajustes, o deputado Paulo Lustosa, presi-

dente da comissão especial do Congresso que examina a reforma tributária, considera que a insistência nisso poderá resultar em calote generalizado das dívidas das unidades da federação.

Por essas e outras, o ex-ministro Reis Velloso sai de uma audiência com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, propondo que o ajuste seja auto-aplicável de alguma maneira, para que não haja possibilidades de fu-

gir dele. E volta-se a falar na necessidade de rigorosas leis de finanças públicas e de responsabilidade fiscal, esta última com o objetivo de enquadrar legalmente administradores que não respeitem as boas regras e os limites da gerência financeira saudável.

Aliás, há muito tempo este país deveria ter discutido, aprovado e instituído uma legislação desse tipo. É espantoso que prefeitos, governadores e até presidentes da República, demagogos e perdulários, deixem para seus sucessores rombos financeiros fantásticos e saiam incólumes dessa má prática, até acusando seus sucessores de inoperantes. O primeiro caso típico que testemunhei pessoalmente como jornalista foi o do ex-prefeito Prestes Maia, que assumiu uma prefeitura virtualmente falida por seus antecessores. Levou dois anos apenas tratando de pôr a casa em ordem, sob "pedradas" da população e de seus próprios eleitores, com o apelido de Chico Válvula Presa (seu primeiro nome era Francisco), por não ter dinheiro para obras necessárias. Só conseguiu recuperar prestígio nos



dois últimos anos do mandato.

Mario Covas teve a mesma experiência. Herdou de vários antecessores um quadro financeiro deteriorado que virtualmente paralisou sua administração por vários meses, sob apupos de grandes parcelas do público. Só mais tarde conseguiu parcial reconhecimento pelo trabalho de reorganizar as finanças estaduais. Digam-se o mesmo problema, com a agravante de ter-lhe sido transmitido por seu patário do que pensa Krug-

man, não há aqueles três vértices de em conciliação e essa conciliação não afunda politicamente as boas administrações. Ao contrário, aumenta seu prestígio. Os políticos rastaqueiras é que não compreendem isso. O problema não é de natureza técnica, mas cultural. Qualquer pessoa que tenha consciência elevada da importância da boa ordem na administração financeira do setor público não só dará seu apoio aos governantes que a prestigiarem, como repudiará aqueles que a desorganizarem, a despeito das "obras" faraônicas que eles promovam.

Nesse contexto, a política, e os políticos em particular, só alcançam seu nível máximo de dignidade e respeito quando conseguem, com sua arte, convencer o público (e o eleitorado) de que uma administração financeiramente saudável é uma grande obra que todos devem prestigiar, mesmo que isso implique "realizações" físicas modestas. E há três motivos simples para isso: 1) o caos financeiro prejudica todo mundo; 2) a boa ordem financeira beneficia a todos; 3) as "obras" físicas beneficiam o pequeno grupo de empreiteiros que as constroem e seus usuários – mas prejudicam o resto da comunidade caso sejam financiadas deficitariamente. Esse triângulo não é inviável, pois apenas seu vértice 2 deve ser instituído.

■ Marco Antonio Rocha é jornalista e sócio da XYZ Comunicação
e-mail: marocha@tecepe.com.br